



Farra. Veículo oficial no estacionamento da Casa



Farra. As galerias do Poder Legislativo de Taubaté



Farra. A tribuna do Poder Legislativo taubateano



Farra. O plenário da Câmara de Taubaté

Os 19 vereadores da legislatura de 2013 a 2016, o que recebeu mais ressarcimento da Câmara por notas com irregularidades foi Salvador Soares. Em 15 relatórios, **OVALE** identificou 32 notas fiscais em desacordo com as regras – sete delas, por exemplo, com dois pratos. Por elas, Salvador recebeu R\$ 3.721,88. Ele deixou o Legislativo em 2016.

Na sequência aparece Bilili de Angelis, que deixou a Câmara no fim de 2020. Em 15 relatórios, foram 31 notas com irregularidade, que lhe renderam R\$ 3.510,40. Ele apresentou notas com cinco rodízios,

quatro rodízios (duas vezes) e três rodízios (duas vezes), e uma de R\$ 466,20 com quatro pratos de bacalhau.

Jeferson Campos, que deixou a Câmara ao fim de 2016, apresentou 26 notas irregulares em 15 viagens, que renderam R\$ 3.427,08. Entre elas, uma com três rodízios.

Carlos Peixoto, que foi vereador até 2016 e morreu em 2018, apresentou 15 notas irregulares em 15 viagens, somando R\$ 3.334,05. Foram sete notas com três rodízios e oito com quatro rodízios.

Em 15 viagens, Digão apresentou 24 notas irregulares, que renderam R\$ 2.918,89. Entre elas, uma de quatro rodízios e duas com três rodízios. Ele deixou a Câmara ao fim de 2020.

Também vereador até 2020, João Vidal apresentou, em 15 viagens, 20 notas irregulares, que somaram R\$ 2.714,87. Duas delas tinham seis refeições cada. Outra, gasto de R\$ 474,43.

Também em 15 viagens, Douglas Carbonne (DEM), que segue no Legislativo, apresentou 27 notas com irregularidades, que lhe renderam R\$ 2.527,52. Cinco das notas tinham quatro refeições cada – em uma, os quatro pratos pesaram 0,712 kg.

Gorete Toledo, vereadora até 2020, apresentou 17 notas irregulares em 15 viagens, que lhe renderam R\$ 2.498,17. Quatro delas com refeições para duas pessoas.

Neneca (PDT), que segue como vereador, apresentou 16 notas com irregularidade em 14 viagens, que somaram R\$ 2.207,99. Três dessas notas cita-

vam, cada uma, mais de 3 quilos de comida.

Nunes Coelho (Republicanos), que também segue na Câmara, recebeu R\$ 2.166,94 por 15 notas irregulares em 15 viagens. Destaque para uma nota com 5,5 quilos de comida.

Diego Fonseca (PSDB), outro que continua como vereador atualmente, recebeu R\$ 1.769,14 por 17 notas com irregularidade, de 15 viagens. Destaque para uma nota com cinco refeições que somaram três quilos.

Paulo Miranda (MDB), que é o atual presidente da Câmara, recebeu R\$ 1.188,12 por nove notas irregulares, em 10 viagens. Duas dessas notas citavam quatro rodízios.

Noilton Ramos, que deixou o Legislativo em 2018 e é o atual diretor de Habitação, recebeu R\$ 1.125,19 por 12 notas irregulares, em 15 viagens analisadas. Apresentou duas notas com dois rodízios cada.

Alexandre Villela, que foi vereador até o fim de 2020, apresentou oito notas irregulares em seis viagens, recebendo R\$ 947,32 por elas. Uma das notas cita três rodízios.

Graça, que também deixou a Câmara ao fim do ano passado, recebeu R\$ 761,39 por oito notas irregulares apresentadas em sete viagens. Destaque para uma nota com dois pratos.

Luizinho da Farmácia, vereador até o fim de 2016, recebeu R\$ 740,70 por sete notas irregulares apresentadas em sete viagens analisadas. Destaque para uma nota com cinco pratos, que somaram 2,3 quilos, e duas com dois rodízios cada.

Pollyana Gama, que deixou a Câmara ao fim de 2016, recebeu R\$ 695,35 por seis notas com irregulares, em seis viagens. Uma delas de R\$ 165, genérica, sem qualquer discriminação da alimentação consumida.

Vera Saba, vereadora até o fim de 2016, recebeu R\$ 664,96 por sete notas irregulares, em cinco viagens. Foi ressarcida por notas genéricas de R\$ 170,79, R\$ 165 e R\$ 164,56.

Joffre Neto, outro que deixou o Legislativo ao fim de 2016, recebeu R\$ 324,03 por duas notas irregulares, em quatro viagens. Uma delas, com três pratos. Outra, com 20 diferentes itens. ■

COMILANÇA

Ao menos 36 notas tinham mais de um rodízio; uma delas, com cinco rodízios

FOME. A lógica de um rodízio de comida é que a pessoa possa comer até não aguentar mais. Mesmo assim, em ao menos 36 vezes, os vereadores da legislatura de 2013 a 2016 foram ressarcidos por despesas – que deveriam ser individuais – que apontavam mais de um rodízio. Em um dos casos, por exemplo, uma única nota fiscal apontava cinco rodízios. Notas fiscais com quatro rodízios foram apresentadas 15 vezes. Também por 15 vezes, foram apresentadas notas fiscais com três rodízios. E as notas com dois rodízios se repetiram cinco vezes nos relatórios de viagens analisados. Outras notas apresentavam um número grande de pratos. Por exemplo, duas delas citavam seis refeições cada. Notas com cinco pratos se repetiram três vezes. Por 16 vezes, foram apresentadas notas fiscais com quatro refeições. E por 17 vezes com três pratos. ■

16

NOTAS FISCAIS apresentadas por vereadores daquela legislatura registravam consumo de quatro pratos

5,5

QUILOS de comida teriam sido consumidos em uma única refeição, segundo nota apresentada por vereador

IRREGULARIDADE

Notas genéricas, sem discriminação dos alimentos, eram aceitas

GULA. As regras vigentes na legislatura de 2013 a 2016 exigiam que as notas fiscais apresentadas pelos vereadores para pedir o ressarcimento por despesas com refeições em viagens tivessem a discriminação da alimentação consumida. Ou seja, ao menos pelas normas internas, notas genéricas deveriam ser rejeitadas. Mas isso não acontecia. Nos processos de viagem analisados, **OVALE** identificou dezenas de notas fiscais genéricas que foram apresentadas pelos parlamentares e resultaram em restituição dos valores. Em 12 dos casos, o montante superava a casa de R\$ 200 – entre R\$ 210,30 e R\$ 293,15. Também foram aceitas 15 notas que citavam o consumo de mais de 1,5 quilo de comida. A principal delas, registrava 5,5 quilos. Em outros quatro casos, a nota fiscal marcava entre 3 kg e 3,8 kg. E foram mais seis acima de dois quilos. ■